

Diário Oficial

Estado da Paraíba

**Publicação Prefeitura Municipal de ALHANDRA
Prefeito Constitucional - Renato Mendes Leite**

Criado através da Lei Municipal nº 161 de 21 de Outubro de 1975

Poder Executivo

Nesta Edição

Atos do Poder Executivo

LEI Nº 430/2009, 05de Junho de 2009,

Autoriza o Poder Executivo Municipal a contratar financiamento junto ao Banco do Brasil S/A. e da outras providencias de.

O Prefeito Municipal de Alhandra/PB, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, Faz saber que a Câmara Municipal de Alhandra/PB, aprovou e eu sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica o poder Executivo autorizado a contratar financiamento junto ao Banco do Brasil S.A ate o valor de R\$ 800.000,00 (Oitocentos mil reais), observadas as disposições legais e contratuais em vigor para as operações de Credito do Programa de Intervenção Viárias-Provias.

Parágrafo Único - Os recursos resultantes do financiamento autorizado neste artigo serão obrigatoriamente aplicados na aquisição de maquinas e equipamentos no âmbito do Programa de Intervenção Viárias - Provias, nos termos das Resoluções nº 3.365, de 26.04.2006, nº 3.372, de 16.06.2006,e nº 3.560, de 14.04.2008 do Conselho Monetário Nacional.

Art. 2º- Para pagamento do principal, juros e outros encargos da operação de credito, fica o Banco do Brasil autorizado a debitar na conta-corrente mantida em sua agencia, a ser indicada no contrato, onde serão efetuados os créditos dos recursos do Município, ou, na falta de recursos suficientes nessa conta, em quaisquer outras contas de depósitos, os montantes necessários a amortização final da divida, nos prazos contratualmente estipulados.

Parágrafo único- No caso de os recursos do Município não serem depositados no Banco do Brasil, fica a instituição financeira depositada autorizada a debitar, e posteriormente transferir os recursos a credito do Banco do Brasil. nos montantes

contratualmente estipulados, na forma estabelecida, na forma estabelecida no *caput*.

Art.3º- Os recursos proveniente da operação de crédito objeto do financiamento serão consignadas como receita no orçamento ou em créditos adicionais.

Art.4º- O orçamento do Município consignara, anualmente, os recursos necessários ao atendimento da parte não financiada do Programa e das despesas relativas á amortização de principal, juros e demais encargos decorrentes da operação de credito autorizada por esta Lei.

Art.5º- Esta Lei entrara em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito em, 05 de Junho de 2009.


RENATO MENDES LEITE
PREFEITO CONSTITUCIONAL

